

Bancos já não temem união dos devedores

por Celso Pinto de Brasília

A idéia da união política dos devedores latino-americanos, iniciativa do presidente João Figueiredo e do chanceler Ramiro Saraiva Guerreiro, foi absorvida pela área econômica do governo.

Persiste, no entanto, uma sutil, ainda que significativa, diferença de enfoque em relação ao que se quer chegar na reunião de Cartagena, na Colômbia, nos dias 21 e 22: enquanto o Itamaraty pretende montar uma agenda que inclua propostas mais específicas, que avancem além da "Declaração de Quito", os ministros da área econômica prefeririam uma declaração final mais genérica.

Apesar das diferenças, o ponto central foi assimilado. O susto inicial produzido pela nota conjunta do Brasil, do México, da Argentina e da Colômbia foi diluído. Está mais claro para a área econômica, por exemplo, que o alcance político que se pretende dar à unidade dos devedores não avançará sobre o espaço técnico da negociação do Brasil com seus credores.

Da mesma forma, o temor inicial dos banqueiros de que esta união fosse o embrião de um cartel de devedores e um estímulo a moratórias está agora minimizado. Ao contrário, hoje já é possível encontrar nos gabinetes da presidência de alguns dos maiores bancos dos Estados Unidos, disse a este jornal uma fonte que esteve lá, o raciocínio oposto: a união latino-americana pode acabar sendo o melhor seguro contra uma moratória da Argentina — a única que tem maiores riscos de acontecer, por razões políticas, e a que mais assusta.

São pelo menos duas razões para este raciocínio. Uma união capitaneada por Brasil e México — modelos de países que sempre procuraram soluções negociadas — tem mais chances de abrandar a postura argentina do que o contrário. Além disso, a própria força política da discussão conjunta dos devedores e a esperança de buscar coletivamente melhores condições acabam tendo um efeito político interno muito favorável nestes países (inclusive o Brasil).

(Continua na página 14)

Bancos já não temem...

por Celso Pinto de Brasília
(Continuação da 1ª página)

É isso, no caso argentino, pode, ironicamente, acabar abrindo o espaço político necessário para se assinar, finalmente, um acordo com o FMI.

Se isso é verdade, contudo, também é correto dizer que há expectativas de ganhos reais. "Se os credores imaginam que todo esse movimento dos devedores latino-americanos é uma farsa, estão perigosamente equivocados", advertiu uma alta fonte do governo brasileiro, falando a este jornal.

Se depender do Itamaraty, que está realmente conduzindo a questão, a reunião de Cartagena estará longe de ser uma simples encenação. A "filosofia de trabalho", como definiu Guerreiro à imprensa, no início desta semana, ficou acertada depois de um encontro com Delfim Netto e Ernane Galvêas e parte do princípio de se tentar chegar a fórmulas específicas, detalhadas e reivindicatórias, que possam estimular, posteriormente, um encontro com os países credores ou, no mínimo, uma agenda realista de discussões.

Esse princípio, contudo, está cercado de cautelas. Não se quer dar ao encontro de Cartagena uma conotação de confronto. Por essa razão, evitou-se atender à sugestão inicial da Argentina de sediar a reunião, o que a sutileza diplomática poderia acabar interpretando como eventual anteparo a qualquer atitude mais dura dos argentinos. Preferiu-se a Colômbia, apesar de alguns problemas internos, por ser, dos quatro signatários originais, o que tem o menor peso para os credores.

Assinada a nota conjunta, procurou-se demonstrar que a iniciativa política não

era o estopim para um calote generalizado. O esforço, agora, é tentar provar, em Cartagena, que os latino-americanos, não obstante, querem mudanças de regras que possam amenizar o peso do ajuste da dívida.

O teor do encontro de Cartagena está sendo definido por Brasil, México e Argentina, até agora, por contatos entre Guerreiro e os chanceleres destes países.

A partir da próxima semana, acertados os parâmetros gerais, a agenda concreta será articulada através da troca de telex entre as três chancelarias. Sabe-se que tanto o México quanto a Argentina endossam integralmente a idéia de se procurar em Cartagena ser mais específico do que na reunião anterior de Quito.

Os limites para a especificidade, contudo, também são claros. Não se quer substituir a negociação técnica pela política, mas somá-las. Isso elimina, desde logo, a formulação de sugestões que possam ferir interesses individuais. É certo, por exemplo, que todos os devedores gostariam de ter maiores prazos, menores juros e mais acesso ao comércio dos industrializados. Mas a dosagem específica das concessões não é unívoca.

Para países como o México, por exemplo, a briga por maiores prazos de pagamento e períodos mais generosos de carência é essencial, talvez mais importante do que concentrar baterias na redução dos juros. Já para o Brasil, com um perfil mais bem distribuído para sua dívida, o que é dramaticamente importante é obter concessões no custo dos empréstimos.

É claro que, se a sugestão latino-americana limitar-se a pedir mais prazos e menores juros, aten-

derá a todos, mas não ao princípio de ser mais específico. Se, ao contrário, pedir muito prazo e um mínimo de juros, também atenderá a todos, mas será irrealista, fechará as portas para negociações posteriores. Se, numa terceira hipótese, formular-se uma sugestão prática com maior ênfase num ou noutro aspecto, alguém, como se viu anteriormente, acabará prejudicado.

Esse é apenas um exemplo prático das dificuldades em se encontrar uma forma adequada para a reunião de Cartagena. Por enquanto, é mais fácil definir-se o que não se quer no encontro, do que listar o elenco de medidas a serem propostas.

Tudo isso, de toda forma, corresponde à visão do Itamaraty, agora responsável pela condução do assunto. Na área econômica do governo, o enfoque é diverso: o que se gostaria de ver em Cartagena seria apenas uma declaração política, genérica, em favor de condições mais adequadas de negociação. Uma alta fonte da área econômica é capaz, por exemplo, de admitir que os juros americanos não passaram ainda dos 13%, graças ao impacto positivo da união dos devedores, mas de rejeitar, em seguida, a intenção de se chegar a propostas mais detalhadas na Colômbia atribuindo-a a um equívoco de interpretação da imprensa.

Na verdade, o problema é que a área econômica trabalha com promessas cada vez mais concretas — e vantajosas — do sistema bancário para sua próxima negociação, desde que prossiga no duro caminho do ajuste e não vá longe demais nas demandas coletivas. No fundo, acredita-se que o Brasil, credenciado por sua boa performance dentro do figurino do FMI, poderia ter mais poder de

barganha brigando sozinho do que unido-se a países "não confiáveis", como a Argentina — e, nesse ponto, sua visão coincide integralmente com a do governo norte-americano. Essa objeção inicial, de toda forma, está superada: a reunião de Cartagena é uma iniciativa do governo e pode dar bons frutos dentro de certos parâmetros, afirma-se no comando econômico.

Além da delicada montagem da agenda de Cartagena, os países latino-americanos terão de superar, até o dia 21, todos os esforços dos credores em dividir os devedores. A recente reunião dos bancos americanos, e a oferta de condições muito vantajosas ao México, é um desses passos, mas não o único. Na mesma direção estão, por exemplo, a presteza e o sucesso com que o Clube de Paris tratou do reescalonamento dos débitos peruanos ou a forma como os credores encararam a moratória boliviana.

Um outro obstáculo, perfeitamente conhecido, é enfrentar o profundo ceticismo com que o governo norte-americano tem encarado a iniciativa dos devedores. Washington não acredita em resultados concretos de Cartagena e prefere remeter a iniciativa apenas a uma contribuição no debate mais amplo do sistema financeiro internacional, que, certamente, consumirá as próximas décadas. A vida real passaria muito longe de Cartagena.

É evidente que ninguém, no Itamaraty, ou fora dele, espera milagres da reunião dos devedores. Mas, sem dúvida, o Itamaraty acha que toda essa evolução recente é fruto de um lento amadurecimento da importância da discussão política no tratamento da questão da dívida externa. Veio, portanto, para ficar.